

-----ATA N.º 13-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015:**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no edifício da Junta de Freguesia de Casal Comba, a Assembleia Municipal, cuja mesa foi constituída da pela Senhora Presidente da Assembleia, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2.º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte ordem de trabalhos: Período destinado à intervenção do público, Período Antes da Ordem do Dia e Ordem do dia: -----

- 1) Votação das Atas n.º 09 (Sessão de 28/11/2014) e n.º 11 (Sessão de 20/02/2015) e n.º 12 (Sessão de 10/04/2014); -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 4) Revisão Orçamental n.º 02; -----
- 5) Delegação de competências na Junta de Freguesia de Barcouço – Ampliação do Jardim Público de Barcouço; -----
- 6) Apoio financeiro à ampliação do Cemitério do Carqueijo; -----
- 7) Regulamento do Concelho Municipal de Segurança; -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Deputada Municipal, Maria Clara Luxo Correia solicitou a sua substituição, o que veio a verificar-se por Paula Cristina Cardoso P. M. Pinto. O Senhor Deputado Municipal António Miguel de Miranda Ferreira não esteve presente. -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao período destinado à Intervenção do Público, tendo-se inscrito, o Senhor João Manuel Lima Louceiro, a Senhora Ana Quintela dos Santos Cruz, a Senhora Ana Rita Pereira Leite. -----

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor João Manuel Lima Louceiro que referiu que intervinha como munícipe, professor do Agrupamento de Escolas da Mealhada, dirigente sindical, comunista, e ainda, em defesa dos interesses da população do Concelho. Referiu condenar com veemência a opção do Senhor Presidente da Câmara, secundada pelos Vereadores do seu partido, sobre a adesão à medida do Governo na área da educação, para a chamada reforma do Estado pois, as medidas não se tornarão boas pelo facto de serem apresentadas com o rótulo de reforma. O eixo é a desresponsabilização, desconstrução e a privatização das funções sociais do Estado. Entende que há competências que são e devem ser do poder local e para as quais deviam ser exigidos os meios que o poder central tem negado, o que deveria ser uma preocupação para os autarcas, e há outras, que pertencem ao poder central que não devem passar para o poder local, como as da área da educação e do ensino. O assunto não pode ser tratado como descentralização, pois a assinatura do contrato tornará a Câmara Municipal numa mera extensão, como se fosse uma estrutura do

Governo e do Ministério e o processo retirará alguma da pouca autonomia das escolas e agrupamentos. Não aceita o retalho do sistema educativo português e a sujeição da educação e do ensino às lógicas de mercado. A educação é um direito universal, uma responsabilidade e um desígnio nacional. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara, considera que grande parte do que está no contrato a assinar com o Governo já é cumprido pela Câmara, perguntando então, para quê o “negócio” com o Governo. Acrescentou ter sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara que não vislumbra o que é que o contrato tem a ver com os professores, chamando a atenção para a cláusula 2ª do contrato onde são indicadas as áreas abrangidas: políticas educativas, administração educativa, gestão e desenvolvimento do curriculum, organização pedagógica e gestão de recursos. A ideia que está presente em todos é que a transferência de professores não é para já, mas virá a seguir. Discordou da forma como o processo, que teve o acordo e colaboração do Diretor do Agrupamento, foi conduzido, mas não teve a aprovação de cerca de 80% dos professores do Concelho. Manifestou a sua rejeição pela municipalização, apelando a que não seja menosprezada esta expressão de vontade. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Ana Quintela dos Santos Cruz, que interveio para proceder à leitura de um documento, onde ficou manifestada, em síntese, a posição dos professores do Agrupamento de Escolas da Mealhada, assumida na reunião ocorrida em 11 de junho, sobre as reservas e preocupações quanto ao desenvolvimento do processo. Após a análise do contrato e da matriz de responsabilidade, os docentes, entre outras questões, consideraram que as escolas não têm tido voz ativa num processo que a ser implementado, afetarà os docentes, ao contrário do que tem sido dito; a concretização do processo conduzirá a uma perda de autonomia das escolas; à desresponsabilização do Estado pela promoção e financiamento duma escola pública e da sua qualidade para todos, como está consagrada na Constituição da República e à perda da pouca autonomia que conquistaram nos últimos anos; a natureza do contrato que está em discussão privilegia valores instrumentais como a eficácia, a eficiência e não tanto valores como a democracia, abrindo a porta a todos os que oferecerem melhor por mais baixo preço. Os professores consideram ser uma clara ofensa à dignidade da carreira docente, uma vez que passarão para a autarquia competências que estão na esfera da escola, pois estão patentes no contrato e na matriz das competências, que também se destinam aos professores, pontos como a gestão escolar, as práticas educativas, a gestão curricular pedagógica, dos recursos humanos e do orçamento. Atribuindo 25% à gestão local irá desenvolver desigualdade, provocando uma manta de retalhos na educação. O processo abre caminho para a degradação e privatização das funções educativas, pois se a autarquia entender que não tem capacidade para gerir, poderá recorrer a uma empresa. O cariz financeiro do contrato é pouco respeitador dos princípios que devem orientar a escola pública da qual os docentes fazem parte, com financiamento dependente dos resultados obtidos, recusando qualquer acréscimo de despesa por aluno e ignorando por completo, o contexto atual de dificuldades económicas e desemprego das famílias, nomeadamente no Concelho da Mealhada. Assim, na referida reunião

de 11 de junho, os professores recusaram este processo, por entenderem que não serve os interesses superiores da educação e das estruturas do Concelho da Mealhada do qual fazem parte. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Ana Rita Pereira Leite, que referiu que iria intervir, como munícipe do Concelho da Mealhada, como docente e como mãe e encarregada de educação de alunos do Agrupamento de Escolas da Mealhada. Referiu que o contrato não será nenhuma descentralização, mas sim, uma delegação de poderes que podem ser avocadas a qualquer momento pelo Ministério, ficando a Câmara com competências que dizem respeito à escola. Fez referência à constituição da comissão fiscalizadora e o seu funcionamento. Os profissionais que estão no terreno, conhecem a realidade e terão uma palavra a dizer, mas como será a Câmara a responder perante o Ministério, e não os diretores, considera que a constituição dessa comissão é uma “falácia”. Colocou algumas questões, nomeadamente, sobre os 25% atribuídos à gestão por parte da Câmara, o que poderá pôr em causa a igualdade de oportunidades, tendo em conta o vínculo dos professores, bem como, daqueles que estão ligados aos cursos profissionalizados, e ainda, relativamente à percentagem de 50% que cada Município irá receber como prémio daquelas despesas que conseguir poupar, levando à perda de qualidade dos serviços prestados pela escola pública. Acrescentou que, pelos motivos já anteriormente referidos, e em nome dos professores, a sua opinião é não à municipalização, solicitando ponderação sobre todos os argumentos apresentados. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que antes de responder às questões apresentadas, referiu ter outras para colocar. Referiu que só existirá curriculum local se este for proposto pela própria escola, pois a legislação refere que para haver 25% do curriculum local é necessária a aprovação do Conselho Pedagógico da Escola com proposta à Câmara Municipal, esclarecendo que já transmitiu às autoridades escolares que jamais aceitaria esta competência, mesmo que tal fosse aprovado pelo Conselho Geral. Expressou a sua admiração pela preocupação dos intervenientes em relação às finanças municipais, transmitindo a ideia de que quem está à frente da Câmara não entende nada de finanças. Todavia, em virtude da experiência profissional, tem conhecimentos nessa área, não havendo nenhum ministro da educação que o consiga enganar, referindo que não devem ter a preocupação de que se irá exaurir as finanças municipais. Esclareceu que o pretendido com este contrato é mais um pouco de competências do Município e não fará a escola perder nenhuma das autonomias que tem. Referiu ainda que quantas mais competências os municípios tiveram mais garantidos estão os direitos dos professores. -----

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

A Senhora Presidente informou que o Senhor Presidente da Câmara, atendendo ao carácter urgente da situação, solicitou a inclusão na Ordem do Dia, do assunto da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências/Contrato de Educação e Formação Municipal, entre o Ministério

da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município da Mealhada, no âmbito do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a inclusão do referido assunto como último ponto da Ordem de Trabalhos (Ponto 8), tendo votado a favor: Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P.M. Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e votado contra: Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A proposta foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 2 votos contra. ---- Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra. -----

Inscreveram-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso e os Senhores Deputados Municipais, Ana Paula Ribeiro Coelho, António Nogueira das Neves e Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba para felicitar a iniciativa da realização da sessão da Assembleia Municipal na sede da Junta de Freguesia de Casal Comba. Felicitou igualmente a Câmara Municipal pela realização do Festame que se realizou na Mealhada e que foi mais um sucesso no Concelho. Referiu a instalação de uma casa de banho na zona do parque da Via Romana, obra que foi ao encontro de muitas solicitações dos utilizadores daquele espaço. Felicitou também a Câmara Municipal pela atribuição duma verba para o campo sintético do Casal Comba Real Clube, bem como, a inclusão na Ordem de Trabalhos do apoio financeiro à ampliação do cemitério do Carqueijo para a aquisição dos terrenos necessários. Solicitou a melhor atenção por parte da Câmara Municipal relativamente ao abastecimento de água na Vimieira e Silvã. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso felicitou a Câmara Municipal pelas iniciativas no âmbito do desporto, na Freguesia do Luso, proporcionando a presença de equipas de futebol do campeonato nacional, no Centro de Estágios e a realização do campeonato de hóquei em patins, em setembro, o que ajuda a dinamizar o turismo. Seguidamente solicitou informações sobre a situação do campo Jorge Manuel e do que está previsto para a dinamização termal. -----

Interveio a Senhora Deputada Municipal, Ana Paula Ribeiro Coelho, para congratular a realização da sessão da assembleia municipal na freguesia de Casal Comba e sugerir futuras sessões noutras freguesias. Agradeceu, em nome do grupo parlamentar do PS, a presença dos munícipes que com a sua participação manifestaram a sua posição, absolutamente respeitável e que

serviu um pouco para esclarecer a posição do executivo em relação ao Contrato Interadministrativo. Houve a oportunidade, de forma civilizada e democrática, para cada um exprimir a sua opinião, o que é importante num estado livre e democrático. -----

Interveio o Senhor Deputado Municipal António Nogueira das Neves, para proceder à leitura da seguinte intervenção: -----

*-----Desrespeito pelo disposto no Regimento Interno da AMM-----*

*Tendo sido rejeitada a proposta da CDU para a criação de um grupo de trabalho que pudesse concretizar o disposto no n.º 4 do art. 58.º do Regimento Interno desta AM; finalmente, veio no último boletim a digitalização e em modo demasiado pequeno, do Edital referente à AMM de 10 de abril. Assim, secamente, não transparecendo as razões das deliberações, os argumentos e a discussão política. Claro que se pode considerar que, foi cumprido aquele ponto do Regimento que foi aprovado, por unanimidade, por esta A.M. Satisfez-se formalmente o disposto no R.I. Mas...não valoriza nem informa suficientemente os munícipes. Não é assim que se dignifica uma A.M. Não é assim que se cumpre a transparência da democracia. -----*

*Mealhada, 30 de junho de 2015 -----*

*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Mealhada -----*

*Maria Isabel Lemos, António Neves -----*

Interveio a Senhora Deputada Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, para proceder à leitura da seguinte intervenção: -----

*“Ultimamente os portugueses e evidentemente os mealhadenses têm sido abanados por notícias tão contraditórias no plano nacional e até internacional que não tem sido fácil atender a tudo. Na política nacional somos balançados entre os cofres cheios da Srª Ministra das Finanças e a necessidade de cortes nas pensões do Sr. Primeiro-ministro e Ministro da Solidariedade Social, entre o triunfalismo da bondade das medidas do governo e a necessidade das privatizações a saldo, para manter os limites dos números aprazados com a Troika ao serviço do grande capital, entre as verdades dos aumentos reais do IVA na eletricidade e na restauração para não falar de outros e o misticismo dos mitos urbanos do Sr. Primeiro Ministro. Enfim, vamo-nos sentindo uns “sempre em pé”: empurrados daqui, empurrados dali. -----*

*No plano internacional, não é mais fácil entender: Vemos o nosso governo explicar que, se os gregos tivessem agido como os portugueses não estariam tão sufocados, sufocados pela dívida e sufocados pelos juros da sua dívida. Mas então é preciso denunciar que nem todo o dinheiro que vai chegar a Portugal, no quadro comunitário de apoio até 2020, dará para pagar sequer os juros da dívida pública portuguesa durante um ano!!!... E nós não estamos sufocados? É isto para comemorar? -----*

*E para irmos mais longe, não ficarmos tão perto: é preciso explicar que na CDU somos contra as manobras militaristas (porque é disso que se trata...) no mediterrâneo. Parece bastante hipócrita a tenacidade com que a Europa procura evitar a chegada de imigrantes africanos que não são outros senão os resíduos patéticos das suas invasões coloniais de vários séculos. Esperará a Europa que depois de séculos a saquear a África, esvaziando-a de recursos materiais e*

humanos, infetando-a com a febre do consumismo, vai poder encarar o novo milénio com uma espécie de fortaleza armada e compacta onde no seu interior todos são felizes (que grande mentira!!!) quando no seu exterior o desespero alastra? E será preciso perceber que foi a procura cega dos combustíveis, dos lucros petrolíferos que provocaram as guerras de que esses homens, mulheres e crianças fogem tão dramaticamente?!! Não podemos ir vivendo aqui, de costas viradas para o mundo, para a Europa, essa de que fazemos parte. E depois ainda há todas as trocas e baldrocas do mundo, também ele pleno de mistificações, do futebol para fazer esquecer outras preocupações. -----

Pois é... São muitos os temas que devem preocupar os portugueses. Mas se todos estes assuntos parecem nada terem a ver connosco, aqui, sossegados, desenganem-se. Outras tempestades, outras mistificações. E, claro que não pode deixar de, mais uma vez trazer aqui aquela que mais nos tem ocupado, preocupado ultimamente. Francamente, quando o Sr. Presidente da CMM na última AMM dizia, a propósito da proposta de moção apresentada pela CDU sobre a municipalização que era extemporânea, depois viemos a saber que já tudo se discutia, quase em segredo, nas costas dos mais interessados: docentes, não docentes e pais. Porque, Sr. Presidente dizer que este contrato nada tem a ver com os professores é, no mínimo mistificar: Revamos então as áreas abrangidas pelo contrato: as políticas educativas; a administração educativa; a gestão e desenvolvimento do currículo; a organização pedagógica e administrativa; a gestão de recursos; a relação escola/comunidade, Então nada disto tem a ver não têm a ver com professores? E está a comunidade de pais e encarregados de educação consciente do que se perfila a nível de financiamentos? De ofertas formativas? Diz o bom senso que não pode um executivo de maioria PS acobertar, dar o braço, ser instrumento das políticas do governo PSD-CDS-PP, desrespeitando decisões do Conselho Geral do AE, aproveitando-se da falta de informação da comunidade educativa e escolar. A educação é um projeto nacional; não pode ficar refém de fundos comunitários que para já agora vêm (até 2020) e depois... como fica a escola pública. A CDU sempre defendeu a descentralização; mas isto não é nada disso. Assistiremos a um executivo camarário que será o pau mandado do governo central: assistiremos a mais uma grave ingerência na autonomia das escolas; estas necessitam de autonomia e não de novas tutelas; assistiremos a mais um ataque ao poder local. -----

Poderíamos ir seguindo o contrato, por aí fora, cláusula a cláusula: Cláusula 43: Designação e composição da Comissão de Acompanhamento: Quem vão ser os representantes? Cláusula 41: Melhoria de desempenho? Existe estimativa dos números? Quais são? Que medidas vão ser tomadas? Cláusula 31: Transferências correntes, baseado como? No entanto, ir por esse caminho seria partir do princípio que aceitaríamos, ora nós não aceitamos; nós resistiremos. Como disse um dia Mahatma Gandhi: A força não provém de uma capacidade física ou do poder mas sim de uma vontade indomável. -----

E essa nós tê-la-emos sempre na CDU. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves" -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso, que a Câmara Municipal procura incentivar o turismo desportivo e, para além dos eventos referidos, irão realizar-se também, o Luso-Zen e o Campeonato de Xadrez. São iniciativas que irão levar muitas centenas de pessoas ao Luso esperando que a hotelaria saiba aproveitar esses momentos, apresentando bons serviços. Informou que o assunto do campo Jorge Manuel poderá acabar em tribunal dada a posição do empreiteiro em relação à Câmara Municipal. Quanto à animação termal existe um programa muito variado, concebido para incluir todas as empresas de animação termal conhecidas no Município e tentando juntar o que de melhor se faz neste (Município). Quanto à intervenção da Senhora Deputada Isabel Lemos e sobre o Contrato Interadministrativo, o Senhor Presidente da Câmara referiu que há riscos, mas também há benefícios, e por isso, a Câmara Municipal aprovou-o. A delegação será pelo prazo de quatro anos e se se verificar que não convém ao município, aos docentes, aos alunos, às autoridades escolares, a Câmara Municipal tomará posição sobre o assunto. Se fosse uma transferência de competências seria mais complicado. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara solicitou a intervenção do Senhor Vereador Calhoa Morais para esclarecer a questão do abastecimento de água, referida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba. O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu existir um conjunto de obras que estão para ser realizadas na Freguesia de Casal Comba, nomeadamente, a substituição da rede de águas entre Casal Comba, Vimieira, Silvã e Lendiosa, estando já concluído o projeto. A Câmara Municipal aguarda a publicação do aviso de que a obra vai ser apresentada numa candidatura aos fundos comunitários. As redes novas que irão ser feitas ou remodeladas deverão ser monitorizadas, por zonas de consumo, por zonas de quebra ou aumento de pressão. -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a intervenção da Senhora Vereadora Arminda Martins que acerca do campo Jorge Manuel informou que a obra foi suspensa por se verificarem falhas no projeto, o qual teve de ser redimensionado. Já se encontra marcada uma reunião com o Grupo Desportivo de Luso para, em conjunto, ser analisar o projeto final. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

**1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 09 (SESSÃO DE 28/11/2015), N.º 11 (SESSÃO DE 20/02/2015) E N.º 12 (SESSÃO DE 10/04/2015):** -----

A Senhora Presidente colocou à votação a ATA n.º 09, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P.M. Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel

Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e votado contra, os Senhores Deputados Municipais, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A Ata n.º 09 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 votos contra. ----

O Senhor Deputado António Neves pediu a palavra para apresentar a seguinte Declaração de Voto: -----

-----Declaração de Voto-----

Exma. Sra.-----

Presidente da Assembleia Municipal -----

*Na ata nº 9, ponto 2 da O.T. da sessão da Ordinária Assembleia Municipal de 28/11/2014, foi omitida parcialmente, a resposta do Sr. Presidente a uma questão colocada pela CDU, sobre a indemnização da EPVL à Dra. Filomena Pinheiro, no valor de 35.000,00€, por sentença decretada pelo Tribunal de Trabalho de Coimbra. -----*

*Lembramos que na altura o Sr. Presidente da Câmara referiu que, como professora, não podia integrar os quadros da Escola e na qualidade de diretora financeira existiam dúvidas sobre o contrato existente, tendo mesmo ponderado a possibilidade de remeter este caso ao Ministério Público, referência essa que consideramos de alguma gravidade e que não foi transcrita para a ata. -----*

*Omitida foi também, a intervenção da Srª deputada Ana Filipa Varela, sobre este assunto, na mesma sessão. -----*

*Ora, como nesta questão, a ata está rigorosamente como antes, a CDU não podia ter outra decisão senão votar contra a aprovação da ata acima referida. --*

*Os eleitos da CDU -----*

*Maria Isabel Lemos, António Neves -----*

De seguida, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a ATA n.º 11, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P.M. Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A Ata n.º 11 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções. ----

A Senhora Presidente da Mesa pôs à votação a ATA n.º 12, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina Cardoso P.M. Pinto, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de



Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Ana Filipa Varela Soares Pereira, e António Nogueira das Neves. -----

A Ata n.º 12 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e 3 abstenções. -----

**2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal e que foi distribuída a todos os membros, acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva, social e situação financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se pretendiam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais, Luís Miguel Pereira Brandão, Ana Paula Ribeiro Coelho, António Nogueira das Neves, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, colocou as seguintes questões: data para a pavimentação de estradas junto da Sede dos Escuteiros em Casal Comba; datas para o início do funcionamento do Centro Escolar do Luso e motivos de ainda não estar em atividade; quais as soluções para os escalões de formação existentes no Clube Desportivo de Luso funcionarem, uma vez que as obras do campo municipal no Luso estão paradas e o centro de estágios está ocupado com outras equipas; distribuição de mapa de acompanhamento das obras contempladas no Orçamento Participativo para conhecimento do que foi feito e do que falta realizar; informação sobre os locais para funcionamento dos Espaços do Cidadão na Mealhada e Pampilhosa; informação sobre as medidas de dinamização para que um maior número de pessoas frequentem o cinema na Mealhada; informação sobre a existência ou não de medidas da Câmara Municipal para retomar as oito Juntas de Freguesia do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para responder às questões colocadas. -----

Relativamente ao número de freguesias, referiu que de facto existem seis freguesias, mas tem esperança que voltem a existir oito. No programa eleitoral do Partido Socialista, consta no último ponto, a revisão da política que foi seguida pelo atual Governo. O que se fará, se o Partido Socialista ganhar as eleições, será lembrar esse compromisso junto do ministro responsável. Para não esquecer as freguesias, a Câmara Municipal tem mantido a “chama viva” com o

funcionamento, duas vezes por semana, da Junta de Freguesia em Ventosa do Bairro e na Antes. -----

Quanto ao funcionamento do cinema, a Câmara Municipal terá que repensar a questão. -----

Para os Espaços do Cidadão já foi assinado o protocolo. O espaço da Mealhada será inaugurado no próximo dia 9 de julho, na Rua Dr. José Cerveira Lebre. O da Pampilhosa irá funcionar no edifício da antiga sede da Junta de Freguesia, não estando ainda prevista a sua inauguração porque são necessárias obras de adaptação. -----

Quanto ao Orçamento Participativo, até ao final do ano será cumprido. -----

O Centro Escolar do Luso vai abrir no início do próximo ano lectivo, faltando a decisão sobre o funcionamento das refeições dos alunos e funcionários, o que será resolvido nos próximos dias. -----

No que respeita à utilização do Centro de Estágios do Luso, por parte dos iniciados, tem sido feito um esforço para encontrar alternativas, com a utilização dos campos da Mealhada e da Pampilhosa. -----

Dada a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, colocou as seguintes questões: razão da suspensão das obras de requalificação da zona central urbana da Mealhada e da zona central do Luso e datas de conclusão das mesmas, incluindo a plantação de árvores e ajardinamento, nesta última; qual o ponto da situação do dossier do Centro Litoral. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas. -----

Quanto ao Centro Litoral informou que se realizou nesse mesmo dia a primeira assembleia geral e que vários municípios votaram, concertadamente, contra as deliberações, apresentando sobre a égide da Câmara Municipal de Coimbra uma proposta de impugnação da própria assembleia geral. Será solicitada a intervenção dos tribunais para apreciação do próprio diploma, na tentativa de chegar ao Tribunal Constitucional para apreciação da inconstitucionalidade da matéria. Acrescentou ainda que o Centro Litoral teve um voto negativo da Câmara Municipal da Mealhada, pois o Centro Litoral integra três entidades distintas, duas que trabalham em saneamento básico, e uma, em saneamento básico e água. As que trabalham só com saneamento são a CIMLIS e a CIMRIA e a que trabalha com os dois setores são a Águas do Mondego, o que irá provocar algum conflito pois os clientes de água pagarão os "deficits" dos outros setores. Por outro lado, existe uma política do governo para equilibrar as tarifas de água, o que provocará, provavelmente, um aumento das tarifas no litoral descendo as do interior, havendo ainda quem defenda o contrário. As políticas dos futuros governos irão continuar as políticas, caso contrário, os municípios irão intentar ações judiciais. -----

Relativamente à obra da Mealhada existe um problema com o empreiteiro tendo este enviado uma carta colocando a hipótese de rescisão do contrato, por sua vez, a Câmara Municipal também está a analisar a hipótese de rescisão do mesmo. O assunto será estudado pelos serviços jurídicos para que a Câmara Municipal tome a decisão certa e se não houver bom senso terá que ser resolvido nos tribunais. -----

No que respeita à obra do Luso referiu que a mesma está em curso e, praticamente, acabada. Há todo o interesse em que seja concluída o mais rapidamente possível até porque a Câmara Municipal terá que elaborar o necessário relatório final, pois trata-se de uma obra incluída numa candidatura ao QREN. -----

Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, António Neves, este procedeu à leitura da seguinte intervenção: *No seguimento das explicações solicitadas pelos eleitos da CDU na AMM de 20/2/15, o executivo mostrou-se disponível para esclarecer as questões, tendo convidado aqueles para uma reunião em que tal se efetuasse. Por questões de acerto das respetivas agendas, só no passado dia 16 de junho foi possível acontecer essa reunião. Desde já os eleitos da CDU querem aqui publicamente manifestar o seu agradecimento pela disponibilidade e frontalidade das informações prestadas. Ficámos com a ideia de que o novo equipamento municipal (mercado, feira, e até a possibilidade de outras utilizações) será de grande valia para a população e para a vida económica do concelho.* -----

*Ora aí está um aspeto em que efetivamente o poder local, a proximidade do poder local é insubstituível. É nestas ocasiões que nos parece mais evidente que essa é a essência do poder municipal, não para se substituir nas funções sociais do estado como é o caso do contrato interadministrativo de delegação de competências – contrato de educação e formação municipal. Por isso tanto nos batemos contra a aceitação pelo executivo da Mealhada desse contrato, vulgarmente chamado de municipalização.* -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal António Neves e, referiu ainda, desejar que daqui a dois ou três anos seja celebrado o contrato do novo equipamento. -----

Dada a palavra à Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, procedeu à leitura da seguinte intervenção: -----

*“ O segundo ponto que trazemos aqui é relacionado com a Mata do Bussaco. Não é a primeira vez, não será certamente a última já que se trata de um assunto de tanta relevância a nível nacional e por maioria de razão a nível local. Também já o dissemos: a CDU sempre se mostrou pouco favorável a uma solução fundacional. Aliás, por princípio, a CDU considera esse modelo pouco transparente e adequado. Ora o que tínhamos acontecido: quando se transformou a administração da Mata do Bussaco numa fundação, obstaculizando a ação da autarquia na gestão da Mata, alertámos para as dificuldades, incentivámos à contestação de tal decisão. Como sempre, fomos tidos com “arautos da desgraça”, “velhos do Restelo”, pouco modernos. Pois veio o governo do PSD-CDS-PP e retirou dinheiro às fundações, no caso vertente à da Mata do Bussaco, sem olhar a meios de avaliação do que até aí fora feito. A Mata atravessa um período negro de enormíssimas dificuldades, em que tudo se lhe pede e pouco ou nada se dá. Como vai a autarquia resolver este problema agora que se perfila, com o seu apoio uma candidatura a património da UNESCO? Com que dinheiro? -----*

*Os eleitos da CDU* -----

*Isabel Lemos, António Neves* -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, referindo que a principal preocupação é que seja iniciada a recuperação do património. O projeto para recuperação do telhado do Convento Santa Cruz está concluído e também será iniciado um processo de recuperação de duas ermidas. A estimativa para a recuperação do telhado é no valor de cerca de um milhão e novecentos mil euros, valor que não é definitivo, uma vez que são trabalhos muito específicos e que a tutela terá que emitir um parecer sobre as empresas quanto à sua capacitação nos alvarás para realização dos mesmos. Entende ser justo considerar que a Mata está melhor, acrescentando que proximamente será apresentado o Plano de Gestão Florestal com a orientação da Fundação, junto da ICNF, no sentido da reflorestação. Relativamente ao edificado será pedido o apoio da Senhora Ministra da Agricultura, que já teve programada uma visita à Mata, mas foi suspensa, por questões de agenda. Também serão dirigidos pedidos de apoio para esta matéria aos Senhores Secretários de Estado pois, a Mata está colocada no Município da Mealhada, mas também é património nacional. Será dado início aos processos, que não são imediatos, para a candidatura da Mata a património mundial da UNESCO, e caso se concretize, mais turistas serão atraídos. A Mata será mais cuidada se estiver mais virada para o público, pois será mais visitada. Para conhecimento da sua história há um museu militar e existe também o turismo religioso. Para recuperação do palácio, foi dito por alguém ligado ao Turismo do Centro, que o valor estimado era cerca de trinta milhões de euros. Para o orçamento municipal, este valor é impensável, para o orçamento do estado é difícil, face à austeridade, e quanto a fundos comunitários, nesta fase inicial, também será difícil. Para a candidatura a património mundial não será importante, mas sim, a conservação da Mata e todo o seu património de natureza religiosa. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso, Senhor Claudemiro Semedo, solicitou informações sobre o mercado da Mealhada; o edifício municipal e as ações da ERSUC. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. -----  
Quanto ao mercado municipal da Mealhada, o mesmo ainda não existe, mas o projeto está numa fase avançada, tendo já passado do estudo prévio para o projeto de execução final, que estará pronto até final do ano. Já foi realizada a compra de alguns terrenos e será ainda feita de outros. -----

O edifício municipal está numa fase idêntica, tendo o estudo prévio já sido apreciado pela Câmara Municipal. -----

O processo da ERSUC está numa fase final, tendo a EGF feito o contrato promessa e a Autoridade da Concorrência recebeu a contestação da Câmara Municipal da Mealhada que se opôs sempre à concentração excessiva do setor. Encontra-se pendente o processo negocial com a autarquia de Ovar e de Ansião e as outras autarquias, até hoje, não se pronunciaram sobre o interesse na venda das ações ou não. Quando a Autoridade da Concorrência der “luz verde” definitiva ao processo, o que será em breve, serão enviados os contratos que

foram visados pelo Tribunal de Contas por cada um dos municípios, e quem pretender vende. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa, Senhor Vítor Matos, solicitou informações sobre a requalificação da baixa da Pampilhosa; projeto do mercado da Pampilhosa; mau estado, com perigo de derrocada da fábrica das Devesas; plataforma rodoferroviária; limitação de velocidade no pontão sobre a linha do caminho-de-ferro; Cine Teatro GIR; espaços infantis. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. -----

O processo de requalificação da baixa da Pampilhosa está na fase do projeto, tendo a Senhora Vereadora Arminda Martins já recebido orientações para contactar os proprietários de terrenos necessários para a obra. -----

O projeto do mercado municipal da Pampilhosa está na fase final. O processo da fábrica das Devesas está entregue a uma empresa, tendo em junho sido realizada uma reunião para, em conjunto, ser analisado o assunto. Por questões de agenda não acompanhou o processo, dando a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins para prestar mais esclarecimentos. -----

Quanto à plataforma rodoferroviária, a Câmara Municipal articulou o Plano Diretor Municipal da Mealhada com o de Coimbra, para apresentar essa realidade na REFER. No início do mandato houve uma reunião na REFER, em conjunto com a Câmara Municipal de Coimbra, onde foi dito para se esquecer o assunto, pois o Senhor Presidente do Conselho de Administração da REFER referiu que tem 17 plataformas para gerir não sabendo como. Entretanto as Estradas e as Ferrovias criaram uma empresa que é a Infraestruturas de Portugal, tendo a Câmara Municipal já elaborado um ofício a solicitar uma entrevista para apresentar novamente o assunto, a essa nova entidade, sendo certo que o processo só avançará se a REFER quiser contribuir porque o investimento é incomportável para as duas autarquias da Mealhada e Coimbra. Contactada uma empresa especializada em obras de arquitetura para apreciar o risco do pontão da Pampilhosa, foi transmitido que continuará de pé por muitos anos, mas que quanto mais cedo forem realizadas obras menos se deteriorará o betão. O orçamento apresentado foi de oitocentos mil euros, o que não está previsto no orçamento municipal. -----

Quanto ao Cine-Teatro GIR, na Câmara Municipal foram feitos dois contratos de ajuda ao GIR tendo os dois sido recusados. A Câmara já atribui alguns milhares de euros, tendo havido por parte do Estado um reforço do financiamento, e à medida que a obra vai decorrendo, vão apresentando os custos à DGOTDU que vai transferindo as verbas. -----

Os dois parques infantis constam do orçamento participativo e a Câmara Municipal apoiará, elaborando um contrato interadministrativo para posterior aprovação pela assembleia. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça, Senhor Carlos Gomes, felicitou a Câmara Municipal pela compra do prédio no centro da Vacariça e solicitou esclarecimentos sobre o encerramento da escola da Vacariça e o Jardim de Infância da Quinta do Valongo. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o encerramento da escola da Vacariça se deve ao facto de não existirem crianças inscritas em número suficiente para poder funcionar, ficando assegurada a frequência dos alunos no Centro Escolar do Luso, assegurando a Câmara o transporte. Quem fechou a escola da Vacariça não foi a Câmara Municipal, mas sim, os pais que não quiseram que os filhos fossem para aquela escola. Relativamente ao Jardim de Infância da Quinta do Valongo, houve uma reunião com o Senhor Diretor do Agrupamento e a melhor solução, parece ser os alunos transitarem para o Centro Escolar do Luso, sem que tenha sido ainda tomada uma decisão definitiva. Acrescentou que a preocupação da Câmara Municipal é que os alunos tenham melhores condições e de certeza que o Centro Escolar do Luso tem condições que as escolas não têm e a Câmara Municipal assegurará o transporte. -----

O Senhor Vice-presidente da Câmara interveio para prestar mais alguns esclarecimentos sobre o processo. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, Senhor João Duarte, solicitou informação sobre o projeto de águas pluviais de Santa Luzia, concretamente na Rua da Gândara; a Feira de Santa Luzia e a Revisão do PDM onde está prevista uma área para essa infraestrutura; a iluminação pública na circular externa de Barcouço; solução para a situação dos cães abandonados vindos do aterro sanitário; requalificação da zona central de Barcouço. Solicitou ainda a pavimentação na zona do Cortiço Pequeno e a resolução do abatimento no pavimento na ponte, no Pisão. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas. -----

O problema da feira de Santa Luzia não tem uma solução fácil, pois é difícil que Estradas, Polícia e Autarquias resolvam acabar com a feira. -----

Quanto ao beco da Rua do Cortiço, a Câmara Municipal irá analisar o assunto. -  
O concurso para o arranjo da ponte em Pisão já está lançado. Seguidamente, deu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins para esclarecimentos sobre as questões das águas pluviais na Rua da Gândara e dos cães abandonados, tendo a Senhora Vereadora referido que o processo está concluído. No entanto, na fase terminal do traçado será necessária uma intervenção num terreno anexo, propriedade de um particular que já autorizou a mesma. Acrescentou mais esclarecimentos sobre a obra da ponte de Pisão. -----

Quanto à questão dos cães abandonados, a Senhora Vereadora referiu que a Câmara Municipal irá avançar com um projeto, não de canil, mas sim, como centro de recolha de animais. Enquanto o processo não se concretiza, em colaboração com a autoridade veterinária, conforme protocolo com a Câmara Municipal de Anadia, o veterinário municipal de Anadia fará a recolha, mantendo os animais em quarentena para posterior entrega aos donos ou às associações que os recebem para adoção. -----

Não havendo mais intervenções, sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao ponto seguinte. -----

### **3 – LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS:**-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem dos Compromisso Plurianuais. -----

## **4 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 02:**-----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

Inscreeveu-se o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, e dada a palavra questionou se o reforço de um milhão e cento e vinte e dois mil euros, na rubrica Aquisição de Serviços-Promoção Turística, se destina ao Luso ou a outra iniciativa; sobre a verba destinada ao Futebol Clube do Carqueijo, sugeriu que no contrato a celebrar com o clube, constasse uma cláusula para este facilitar a partilha do campo; perguntou qual o local onde será instalado o centro de recolha animal e perguntou também qual a entidade que reformulará a Carta Educativa. O Senhor Presidente interveio respondeu às questões colocadas. -----

Relativamente ao contrato do campo do Carqueijo, ainda não se encontra concluído, estando o assunto para análise jurídica. -----

A primeira Carta Educativa foi elaborada pelo Senhor Professor Rochete e, atualmente, existe uma proposta de revisão da mesma que já foi apresentada numa reunião. Quem fez a inicial poderá prestar melhor serviço na sua revisão, mas se o Executivo assim não entender, poderá ser outra entidade. -----

O centro de recolha animal ficará instalado junto da Etar da Mealhada. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou este Ponto da Ordem de Trabalho à votação, tendo a Revisão Orçamental n.º 02 sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## **5 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE BARCOUÇO – AMPLIAÇÃO DO JARDIM PÚBLICO DE BARCOUÇO:**-----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto, tendo-se inscrito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, Senhor João Cidra, que no uso da palavra, se congratulou com esta delegação de competências e a celebração de contratos interadministrativos, pois descentralizam nas freguesias o poder central, constituindo um importante apoio, atendendo à necessidade da obra. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser uma política da Câmara Municipal continuar com este tipo de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia sempre que a complexidade das obras não seja excessiva e se justifique um alívio do sector de obras municipais para as Juntas de Freguesia, reforçando uma política de proximidade. -----

Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Barcouço – Ampliação do Jardim Público de Barcouço, que foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## **6 – APOIO FINANCEIRO À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO CARQUEIJO:-**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre o assunto em análise. ----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação o Apoio Financeiro à Ampliação do Cemitério do Carqueijo, que foi aprovado por unanimidade. ----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

#### **7 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:-----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou já ter havido uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, onde foi apreciado o regulamento dos horários dos estabelecimentos e foi decidido manter os horários e restrições fixados anteriormente. ----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que foi aprovado por unanimidade. ----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

#### **8 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais: Isabel Lemos, Manuel Jacinto Silva, Bruno Coimbra e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço. -----

Dada a palavra à Senhora Deputada, Isabel Lemos, referiu que os eleitos pela CDU protestam veemente e profundamente, contra a introdução deste Ponto na Ordem de Trabalhos, considerando uma “traição”, convocar uma reunião sem incluir este ponto na Ordem de Trabalhos, mas sabendo que iria ser pedido para ser incluído um ponto. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha sido aprovado por unanimidade aceitar o contrato. Referiu ser com uma sensação de vazio, de inutilidade do entendimento que se tem dos professores, garantindo que será feita uma vigilância apertada por parte dos professores face ao que se irá passar nos próximos anos. -----

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu a Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, que quando a convocatória para a assembleia foi elaborada e enviada, em 18 de Junho, ainda não era conhecida a celebração do contrato interadministrativo, nem podia ser, pois o executivo apenas deliberou sobre o mesmo, na reunião do dia 29 de Junho. O pedido de inclusão na Ordem de trabalhos foi apresentado nos termos do regimento da Assembleia Municipal, ficando sujeito à aprovação de, pelo menos, dois terços, como aliás, já aconteceu outras vezes, com outros assuntos. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que a palavra “traição” é uma expressão muito forte e explicou que a necessidade e urgência em incluir o assunto na Ordem de Trabalhos, deveu-se à proximidade do período de férias, e findas as mesmas, em meados de setembro será o início do ano letivo, sendo,



por isso, necessário pôr o contrato em execução. Esclareceu que o assunto não foi aprovado por unanimidade, mas, por maioria, não retirando o entendimento de que o contrato é bom para a autarquia, para os alunos, para os professores e funcionários. -----

Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Senhor Manuel Jacinto Silva, expressou um grande respeito pelos professores e referiu acreditar nas pessoas envolvidas no processo, e nas palavras do Senhor Presidente da Câmara quando disse que será a primeira pessoa a obstruir qualquer ação que possa minimizar ou fazer estrago na classe dos professores e que o que o Executivo fez foi com bom senso. -----

Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Senhor Bruno Coimbra, referiu que compreendeu as diferentes posições pois, quando há mudanças existem receios. Com a celebração do contrato não lhe parece que haja uma municipalização do ensino, pois as escolas não serão integradas nas câmaras, continuando a ser unidades orgânicas do Ministério da Educação, não havendo alterações no corpo docente, nem incentivos à dispensa de docentes, nem está em causa a autonomia das escolas na medida em que as competências estão salvaguardadas. Referiu ainda, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal da CDU, não ser a primeira vez que assuntos que não foram agendados, foram incluídos na sessão. Acrescentou que como membro da Assembleia Municipal, tal como o Senhor Presidente da Câmara referiu, estará presente para fazer o acompanhamento do processo, sendo a Assembleia Municipal órgão fiscalizador do que se passa no Município. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, referindo que não houve estranheza no processo, a única preocupação em incluir na Ordem de Trabalhos, deveu-se ao facto do tempo útil para o desenvolvimento do mesmo, pois haverá implicações na área administrativa da Câmara, na área administrativa das escolas e haverá necessidade de se realizarem reuniões para a concertação de procedimentos no novo ano lectivo. Acrescentou que, a escola continuará a ter o seu orçamento, as suas receitas próprias e a vantagem deste processo será uma maior interação entre a autarquia e a escola. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, Senhor João Cidra, referindo que leu o contrato interadministrativo e pelo conhecimento que tem sobre o funcionamento da Escola EB 1 de Barcouço que funciona com pessoal docente, onde existe pessoal não docente afeto ao Ministério da Educação e pessoal afeto à Câmara Municipal, não se verifica qualquer diferença nas duas entidades, pelo apoio municipal à escola, o que prova que este tipo de contrato será positivo, criando proximidade entre as escolas do Concelho. -----

Não havendo mais intervenções foi colocada à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira

Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos; votado contra, os Senhores Deputados Municipais, Paula Cristina Cardoso P.M. Pinto, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves e o Senhor Presidente da Junta da Vacariça, Carlos Ferreira da Rocha Gomes, absteve-se. -----

O Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Contrato de Educação e Formação Municipal foi aprovado, por maioria, com 22 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Indacante prof.ª Maria Godinho Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

Dr.º De Melo Esteves